

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO PREFEITO

EXERCÍCIO DE 2022

1 INFORMAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS – RECEITAS, DESPESAS, MONTANTE DA DÍVIDA RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL E RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

2 INFORMAÇÕES FÍSICO-FINANCEIRAS DOS PROGRAMAS E AÇÕES PREVISTOS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO INCLUINDO OS REALIZADOS COM RECURSOS MDE, FUNDEB E ASPs

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente relatório circunstanciado tem como objetivo a prestação de contas do Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Davi Cássio Fernandes da Silva, responsável sobre a gestão do ano de 2022 de forma a evidenciar a gestão fiscal as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário, resultado nominal, o montante da dívida, a situação orçamentária e financeira, bem como evidenciar o atingimento ou não das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual incluindo a evidenciação de informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, no Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB e Ações e Serviços Públicos e Saúde – ASPS.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS

Na Seção IV da Lei 101, de 04 de maio de 2000, que trata da execução orçamentária e do cumprimento das metas, é regulamentado no § 4º do art. 9º que “até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais”.

Tendo em vista ser a fiscalização do atingimento das metas fiscais uma das atividades da Coordenadoria de Controle Interno disposta no artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal, nossa unidade executora, possui um membro em que em constante atuação, emite parecer nos processos de despesa, assim como, avaliação dos atos e fatos administrativos.

1 METAS FISCAIS

As Metas Fiscais referidas são aquelas fixadas no anexo de metas fiscais, o qual faz parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias, sendo compatibilizada na Lei Orçamentária Anual, a saber: metas anuais de receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e montante da dívida pública. Na sequência apresenta-se uma análise das metas fiscais.

1.1 RECEITAS

A arrecadação da receita total correspondeu a 75,43% da previsão para o ano, sendo que no mesmo período do ano anterior foi de 54,41%. Em relação às metas fixadas no cronograma de desembolso do executivo, a arrecadação ficou abaixo do projetado até o quadrimestre, com uma arrecadação a menor de 24,57%. Esses dados foram obtidos no balanço orçamentário retirado do RREO 6º bimestre de 2022, mostrando equilíbrio no planejamento, visto que, a parte não arrecadada e prevista, colide com o comportamento diante das pretensas parcerias por meio de convênios, termos de parcerias, congêneres e afins através de despesas de capital.

O quadro a seguir, obtido nos sistemas de controle orçamentário e financeiro, evidência a receita prevista e arrecadada em 2022:

| Balancete da Receita | | | | | | |
|---|--|----------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|---------------|
| Valores em R\$ - Período: 01/01/2022 até 31/12/2022 | | | | | | |
| Cód. | Títulos | Orçada | Arrecadada | Arrecadada até o período | Diferença | |
| | | | | | Para mais | Para menos |
| 1 1.1.1.2.50.0.1 | IPTU | 25.000,00 | 2.244,45 | 2.244,45 | | 22.755,55 |
| 4 1.1.1.2.53.0.1 | ITBI | 10.000,00 | 18.900,00 | 18.900,00 | 8.900,00 | |
| 2 1.1.1.3.03.4.1 | Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal | 200.000,00 | 299.327,05 | 299.327,05 | 99.327,05 | |
| 3 1.1.1.4.51.1.1 | ISSQN | 200.000,00 | 155.428,03 | 155.428,03 | | 44.571,97 |
| 5 1.2.4.1.50.0.1 | COSIP | 300.000,00 | | | | 300.000,00 |
| 6 1.3.1.1.01.0.1 | Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmos, Tarifas de Ocupação | 20.000,00 | | | | 20.000,00 |
| 56 1.3.2.1.01.0.1 | Rendimento de aplicação financeira | | 19.488,54 | 19.488,54 | 19.488,54 | |
| 7 1.3.2.1.01.1.1.01 | Rendimentos de aplicação financeira - executivo | 54.500,00 | 111.632,80 | 111.632,80 | 57.132,80 | |
| 8 1.3.2.1.01.1.1.02 | Rendimentos de aplicação financeira - saúde | 20.000,00 | 120.180,38 | 120.180,38 | 100.180,38 | |
| 9 1.3.2.1.01.1.1.03 | Rendimentos de aplicação financeira - assistência social | 10.000,00 | 16.337,37 | 16.337,37 | 6.337,37 | |
| 44 1.3.2.1.01.1.1.04 | Rendimentos de aplicação financeira - convênios com o Estado | 1.500,00 | 1.164,66 | 1.164,66 | | 335,34 |
| 10 1.3.9.99.0.1 | Outras Receitas Patrimoniais | 15.000,00 | | | | 15.000,00 |
| 11 1.6.9.99.0.1 | Outros Serviços | 20.000,00 | | | | 20.000,00 |
| 12 1.7.1.1.51.0.1 | FPM | 10.000.000,00 | | | | 10.000.000,00 |
| 50 1.7.1.1.51.1.1 | Cota parte do fundo de participação - FPM | | 13.950.784,74 | 13.950.784,74 | 13.950.784,74 | |
| 51 1.7.1.1.51.1.1 | (-) Cota parte do fundo de participação - FPM | | -2.790.156,66 | -2.790.156,66 | -2.790.156,66 | |
| 13 1.7.1.1.51.2.1 | FPM - 1% Cota entregue no mês de dezembro | 380.500,00 | 715.833,44 | 715.833,44 | 335.333,44 | |
| 14 1.7.1.1.51.3.1 | FPM - 1% Cota entregue no mês de julho | 500.000,00 | 573.949,41 | 573.949,41 | 73.949,41 | |
| 15 1.7.1.1.52.0.1 | ITR | 5.000,00 | 484,99 | 484,99 | | 4.515,01 |
| 46 1.7.1.1.52.0.1 | (-) ITR | | -96,98 | -96,98 | -96,98 | |
| 16 1.7.1.2.52.3.1 | ROYALTIES DO PETROLEO - Lei nº 9.478/97, artigo 50 | 50.000,00 | 8.303,17 | 8.303,17 | | 41.696,83 |
| 17 1.7.1.2.52.4.1 | Fundo Especial do Petróleo - FEP | 250.000,00 | 339.061,54 | 339.061,54 | 89.061,54 | |
| 54 1.7.1.2.99.0.1 | CESSAO ONEROSA - BAP - BONUS ASSINATURA PETROLEO | | 145.495,32 | 145.495,32 | 145.495,32 | |
| 18 1.7.1.3.50.9.1 | Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde | 1.934.000,00 | 2.129.982,92 | 2.129.982,92 | 195.982,92 | |
| 42 1.7.1.3.50.9.2 | Recursos Federais - COVID19 | 522.000,00 | 18.579,84 | 18.579,84 | | 503.420,16 |
| 19 1.7.1.4.50.0.1 | Transferências do Salário-Educação | 99.002,65 | 72.408,59 | 72.408,59 | | 26.594,06 |
| 20 1.7.1.4.51.0.1 | PDDE | 4.498,60 | 840,00 | 840,00 | | 3.658,60 |
| 21 1.7.1.4.52.0.1 | PNAE | 92.498,60 | 58.036,00 | 58.036,00 | | 34.462,60 |
| 22 1.7.1.4.53.0.1 | PNATE | 54.998,60 | 54.598,18 | 54.598,18 | | 400,42 |
| 23 1.7.1.4.99.0.1 | Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE | 264.502,65 | 268.381,35 | 268.381,35 | 3.878,70 | |
| 52 1.7.1.5.50.0.1 | FUNDEB - VAAT | | 313.387,47 | 313.387,47 | 313.387,47 | |
| 53 1.7.1.5.51.0.1 | FUNDEB-VAAF | | 53.950,93 | 53.950,93 | 53.950,93 | |
| 33 1.7.1.6.50.0.1 | Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS | 97.700,00 | 400.969,79 | 400.969,79 | 303.269,79 | |
| 26 1.7.1.9.51.0.1 | ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96 | 5.000,00 | | | | 5.000,00 |
| 55 1.7.1.9.57.0.1 | Transferencia Especial da União - 2410801 | | 381.435,44 | 381.435,44 | 381.435,44 | |
| 25 1.7.1.9.99.0.1 | Outras Transferências de Recursos da União | 300.000,00 | 3.318,72 | 3.318,72 | | 296.681,28 |
| 27 1.7.2.1.50.0.1 | ICMS | 2.664.397,75 | 2.045.643,52 | 2.045.643,52 | | 618.754,23 |
| 47 1.7.2.1.50.0.1 | (-) ICMS | | -409.128,49 | -409.128,49 | -409.128,49 | |
| 28 1.7.2.1.51.0.1 | IPVA | 100.000,00 | 90.375,95 | 90.375,95 | | 9.624,05 |
| 49 1.7.2.1.51.0.1 | (-) IPVA | | -18.075,16 | -18.075,16 | -18.075,16 | |
| 29 1.7.2.1.52.0.1 | IPI | 5.000,00 | 2.578,55 | 2.578,55 | | 2.421,45 |
| 48 1.7.2.1.52.0.1 | (-) IPI | | -515,73 | -515,73 | -515,73 | |
| 30 1.7.2.1.53.0.1 | CIDE | 40.000,00 | 7.341,94 | 7.341,94 | | 32.658,06 |
| 31 1.7.2.2.53.0.1 | Outras Transferências Decorrentes de Compensações Financeiras-Petróleo Estado | 60.000,00 | 60.258,33 | 60.258,33 | 258,33 | |
| 35 1.7.2.4.51.0.1 | PETERN | 17.500,00 | 76.960,00 | 76.960,00 | 59.460,00 | |
| 24 1.7.5.1.50.0.1 | FUNDEB | 3.451.997,20 | 3.479.312,93 | 3.479.312,93 | 27.315,73 | |
| 32 1.7.9.9.99.0.1 | Outras Transferências Correntes | 30.000,00 | 797,22 | 797,22 | | 29.202,78 |
| 34 1.9.9.9.99.0.1 | Outras receitas correntes | 50.000,00 | 19.278,49 | 19.278,49 | | 30.721,51 |
| 58 1.9.9.9.99.0.1 | Outras receitas correntes | | 225,60 | 225,60 | 225,60 | |
| 36 2.1.1.9.99.0.1 | Outras Operações de Crédito - Mercado Interno | 50.000,00 | | | | 50.000,00 |
| 37 2.2.1.3.01.0.1 | Alienação de Bens Móveis e Semoventes | 200.000,00 | | | | 200.000,00 |
| 38 2.4.1.1.99.0.1 | Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS | 1.571.000,00 | 132.759,73 | 132.759,73 | | 1.438.240,27 |
| 39 2.4.1.2.50.9.1 | Outros convênios com o FNDE | 1.926.000,00 | | | | 1.926.000,00 |
| 40 2.4.1.4.99.0.1 | Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades | 3.779.001,60 | 550.311,86 | 550.311,86 | | 3.228.689,74 |
| 45 2.4.2.2.50.0.1 | Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único de Saúde - SUS | 160.000,00 | 100.824,82 | 100.824,82 | | 59.175,18 |
| 43 2.4.2.2.51.0.1 | Convênios Estaduais na área da educação - veículo p/transporte escolar | 200.000,00 | 65.068,50 | 65.068,50 | | 134.931,50 |
| 41 2.4.2.2.99.0.1 | Outras Transferências de Recursos dos Estados | 1.731.002,35 | 91.608,41 | 91.608,41 | | 1.639.393,94 |
| Total Geral: | | 31.471.600,00 | 23.739.877,95 | 23.739.877,95 | 7.731.722,05 | |

1.2 DESPESAS

O quadro abaixo evidencia um resumo das metas de despesas fixadas, das alterações nos créditos e da despesa empenhada e liquidada até o quadrimestre pela Prefeitura, Câmara e Fundos.

Fonte: anexo 1 do RREO 6º BIMESTRE 2022

| DESPESAS | DOTAÇÃO INICIAL (d) | DOTAÇÃO ATUALIZADA (e) | DESPESAS EMPENHADAS | | SALDO (g) = (e-f) | DESPESAS LIQUIDADAS | | SALDO (i) = (e-h) | DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k) |
|---|------------------------|---------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|--------------------------------------|--|
| | | | No Bimestre | Até o Bimestre (f) | | No Bimestre | Até o Bimestre (h) | | | |
| DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII) | 31.371.600,00 | 31.469.600,00 | 923.207,45 | 24.208.616,75 | 7.260.983,25 | 4.496.439,12 | 23.509.446,87 | 7.960.153,13 | 23.294.212,29 | 699.169,88 |
| DESPESAS CORRENTES | 19.564.700,00 | 25.683.428,45 | 985.207,45 | 22.338.695,88 | 3.344.732,57 | 4.277.553,33 | 21.671.161,43 | 4.012.267,02 | 21.455.926,85 | 667.534,45 |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 9.789.200,00 | 12.178.563,03 | -658.004,72 | 10.565.977,33 | 1.612.585,70 | 2.003.611,79 | 10.565.977,33 | 1.612.585,70 | 10.565.844,53 | 0,00 |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 9.775.500,00 | 13.504.865,42 | 1.643.212,17 | 11.772.718,55 | 1.732.146,87 | 2.273.941,54 | 11.105.184,10 | 2.399.681,32 | 10.890.082,32 | 667.534,45 |
| DESPESAS DE CAPITAL | 11.606.900,00 | 5.586.171,55 | -62.000,00 | 1.869.920,87 | 3.716.250,68 | 218.885,79 | 1.838.285,44 | 3.747.886,11 | 1.838.285,44 | 31.635,43 |
| INVESTIMENTOS | 11.149.900,00 | 5.378.971,55 | 88.000,00 | 1.837.920,87 | 3.541.050,68 | 218.885,79 | 1.806.285,44 | 3.572.686,11 | 1.806.285,44 | 31.635,43 |
| INVERSÕES FINANCEIRAS | 50.000,00 | 50.000,00 | 0,00 | 32.000,00 | 18.000,00 | 0,00 | 32.000,00 | 18.000,00 | 32.000,00 | 0,00 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 407.000,00 | 157.200,00 | -150.000,00 | 0,00 | 157.200,00 | 0,00 | 0,00 | 157.200,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 | 200.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX) | 100.000,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 | 2.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX) | 31.471.600,00 | 31.471.600,00 | 923.207,45 | 24.208.616,75 | 7.262.983,25 | 4.496.439,12 | 23.509.446,87 | 7.962.153,13 | 23.294.212,29 | 699.169,88 |
| AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Interna | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Amortização da Dívida Externa | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Mobiliária | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Dívida Contratual | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI) | 31.471.600,00 | 31.471.600,00 | 923.207,45 | 24.208.616,75 | 7.262.983,25 | 4.496.439,12 | 23.509.446,87 | 7.962.153,13 | 23.294.212,29 | 699.169,88 |
| SUPERÁVIT (XIII) | ***** | ***** | ***** | ***** | ***** | ***** | 230.431,08 | ***** | 445.665,66 | ***** |
| TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII) | 31.471.600,00 | 31.471.600,00 | 923.207,45 | 24.208.616,75 | 7.262.983,25 | 4.496.439,12 | 23.739.877,95 | 7.962.153,13 | 23.739.877,95 | 699.169,88 |

A Despesa Orçamentária realizada foi da ordem R\$ 23.739.877,95; em que, Pelas Unidades Orçamentárias, a despesa teve o seguinte desdobramento das despesas devidamente empenhadas durante o exercício de 2022:

| | |
|---|---------------------|
| Unidade Orçamentária: 1001 - Câmara Municipal | 920.092,48 |
| Unidade Orçamentária: 2001 - CHEFIA DE GABINETE E SECRETARIA DE APOIO | 718.212,99 |
| Unidade Orçamentária: 2002 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. | 2.611.877,09 |
| Unidade Orçamentária: 2007 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E DESPORTO | 6.003.207,34 |
| Unidade Orçamentária: 2009 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS | 3.343.916,81 |

| | |
|--|---------------------|
| Unidade Orçamentária: 2010 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC, REC HIDRICOS E DESENV RURAL E MEIO AMBIENTE | 789.648,26 |
| 2019-SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO | 39.000,00 |
| Unidade Orçamentária: 2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA | 1.235.981,44 |
| Unidade Orçamentária: 2016 - Sec. Mun. de Esportes – SEME | 266.826,45 |
| Unidade Orçamentária: 2017 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE | 353.828,18 |
| Unidade Orçamentária: 2020 - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO | 113.631,69 |
| Unidade Orçamentária: 2004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | 7.172.392,22 |
| Unidade Orçamentária: 2006 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | 906.828,25 |

DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Conforme o contido na Carta Cidadã, os gestores municipais são obrigados a fazerem aplicação mínima de 15% (quinze por cento) em Saúde, 25% (vinte e cinco por cento) no Ensino Fundamental e no máximo 60% (sessenta por cento) com gastos em pessoal e repassar o duodécimo ao legislativo municipal de 7% (sete por cento) das receitas tributárias e transferências constitucionais arrecadadas no ano anterior.

DESPESAS REALIZADAS COM EDUCAÇÃO, SAÚDE E DEMAIS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Quanto ao primeiro ponto, importa, de pronto, destacar o fato de que a atual gestão municipal adota a dignificação do professor como elemento central da construção da Riacho de Santana/RN do futuro. Tal premissa se materializa por meio das mais diversas ações, como:

- pagamento dos salários, 1/3 de férias e gratificação natalina (décimo-terceiro salário) rigorosamente em dia;
- retomada das concessões das licenças, das mudanças de nível e das progressões funcionais;
- garantia do cumprimento da jornada de trabalho e aproveitamento;
- repasses ao INSS rigorosamente em dia;
- concessão de reajuste salarial ao magistério municipal no montante de 18% (dezoito por cento) no ano de 2022;

Ademais, compreendendo a educação como política multifatorial, a Prefeitura de Riacho de Santana/RN vem, diuturnamente, conduzindo ações voltadas a melhorar condições de trabalho ao professor por meio do maior programa de investimentos em educação da história do município, que garantiu, por exemplo:

- prover políticas públicas para manter as unidades de ensino;
- mobiliário, equipamentos, computadores e centrais de ar para as escolas, creches do município, proporcionando melhores condições de trabalho para o professor e de estudos para os(as) alunos(as);
- Pagamento sem atraso dos profissionais e credores que prestam serviço ao setor educacional municipal.

Dessa forma, somente em 2022, foram investidos **5,862 milhões** de reais em educação, o valor é **82,59% (oitenta e dois ponto cinquenta e nove por cento)** da previsão da Lei Orçamentária Anual que era de 7,098 milhões de reais. Importante frisar que, desse total, cerca de **1,079 milhões** foram de **recursos próprios**. Vejamos:

▪ No período de janeiro a dezembro de 2022, foram aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE, 29,24%, conforme o seguinte demonstrativo:

| | |
|---|----------------------|
| Receita – Base de Cálculo | 49.813.122,36 |
| . Percentual Mínimo Legal | 25% |
| . Valor Mínimo a ser aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 4.463.887,53 |
| . Valor Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 5.220.246,48 |
| . Valor aplicado a maior na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino do valor exigido | 756.358,95 |
| . Percentual aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | 29,24% |

| TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) |
|--|------------------------|--|--|-----------------------------------|---|
| 47-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (12 + 26 + 46) | 7.098.831,87 | 5.862.904,81 | 5.807.923,11 | 5.789.451,94 | 54.981,70 |
| 47.1-Despesas Correntes | 6.563.281,87 | 5.807.540,87 | 5.752.559,17 | 5.734.088,00 | 54.981,70 |
| 47.1.1-Pessoal Ativo | 5.215.628,87 | 4.736.367,56 | 4.736.367,56 | 4.736.367,56 | 0,00 |
| 47.1.2-Pessoal Inativo | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.1.4-Outras Despesas Correntes | 1.347.653,00 | 1.071.173,31 | 1.016.191,61 | 997.720,44 | 54.981,70 |
| 47.2-Despesas de Capital | 535.550,00 | 55.363,94 | 55.363,94 | 55.363,94 | 0,00 |
| 47.2.1-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 47.2.2-Outras Despesas de Capital | 535.550,00 | 55.363,94 | 55.363,94 | 55.363,94 | 0,00 |

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE- CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

| DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶ | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) |
|---|------------------------|--|--|-----------------------------------|---|
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | 1.563.814,87 | 1.079.105,86 | 1.043.941,25 | 1.025.470,08 | 35.164,61 |

Rua: Manoel de Souza Lima nº 350, Centro CEP: 59987-000, Fone/Fax: (84) 3387-0054

| APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL ^{2 e 5} | VALOR EXIGIDO (x) | VALOR APLICADO (w) | % APLICADO (y) |
|---|-------------------|--------------------|----------------|
| 33-APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS | 4.463.887,53 | 5.220.246,48 | 29,24 |

APLICACÃO COM RECURSOS DO FUNDEB

- No período de janeiro a dezembro de 2022, arrecadou os seguintes recursos do FUNDEB:

| FUNDEB | | | |
|---|-------------------------|---------------------|--|
| RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
| | | Até o Bimestre (b) | |
| 6-RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB | 3.453.000,00 | 3.848.705,24 | |
| 6.1-FUNDEB- Impostos e Transferências de Impostos | 3.453.000,00 | 3.481.366,84 | |
| 6.1.1-Principal | 3.451.997,20 | 3.479.312,93 | |
| 6.1.2-Rendimentos de Aplicação Financeira | 1.002,80 | 2.053,91 | |
| 6.2-FUNDEB- Complementação da União - VAAF | 0,00 | 53.950,93 | |
| 6.2.1-Principal | 0,00 | 53.950,93 | |
| 6.2.2-Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 | |
| 6.3-FUNDEB- Complementação da União - VAAT | 0,00 | 313.387,47 | |
| 6.3.1-Principal | 0,00 | 313.387,47 | |
| 6.3.2-Rendimentos de Aplicação Financeira | 0,00 | 0,00 | |
| 7-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)¹ | 3.451.997,20 | 261.339,91 | |

- Relacionando os desembolsos para as despesas, nota-se pelo quadro abaixo:

| DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) ⁶ | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) |
|--|------------------------|--|--|-----------------------------------|---|
| PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA | 3.649.684,00 | 3.605.715,34 | 3.605.715,34 | 3.605.715,34 | 0,00 |
| OUTRAS DESPESAS | 1.082.592,00 | 796.765,19 | 796.765,19 | 796.765,19 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB | 4.732.276,00 | 4.402.480,53 | 4.402.480,53 | 4.402.480,53 | 0,00 |

VALOR APLICADO NOS 70% ANO DE 2022

| INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal ² | VALOR EXIGIDO (i) | VALOR APLICADO (j) | VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (k) | % APLICADO (l) |
|--|-------------------|--------------------|-------------------------------------|----------------|
| 19-Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica | 2.694.093,67 | 3.605.715,34 | 3.605.715,34 | 93,69 |

VALOR TOTAL APLICADO NO FUNDEB 2022 70%+30%:

| DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO | DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d) | DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e) | DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) ⁷ (h) |
|--|--|--|-----------------------------------|---|---|
| 14-Total das Despesas custeadas com FUNDEB - | 4.402.480,53 | 4.402.480,53 | 4.402.480,53 | 0,00 | 0,00 |

VALOR APLICADO COM RECURSOS PRÓPRIOS PARA PAGAMENTO DO FUNDEB 2022:

| INDICADOR- Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit) ³ | VALOR MÁXIMO PERMITIDO (m) | VALOR NÃO APLICADO (n) | VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (o) | % NÃO APLICADO (p) |
|--|----------------------------|------------------------|------------------------------------|--------------------|
| 22-Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício | 384.870,52 | -553.775,29 | -553.775,29 | -14,39 |

MÉDIA DE R\$ 46.147,94 DE CONTRAPARTIDA PARA PAGAMENTO DO FUNDEB 2022.

Destaque-se, ainda, o fato de, no ano de 2022, quando da discussão sobre o reajuste salarial dos professores, restou diante da situação econômica e financeira, entre o executivo e a categoria, a garantia de reajustes salariais a serem concedidos tanto no ano de 2022 (18% implementado e pago).

INVESTIMENTO EM SAÚDE

Para aferição das despesas com saúde levantamos o quadro do RREO 6º BIMESTRE DE 2022 informado no SIOPS (Sistema de informações de Orçamento em Saúde):

Quadro 1

| RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITA DE IMPOSTOS (I) | 435.000,00 | 435.000,00 | 475.899,53 | 109,40 |
| Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU | 25.000,00 | 25.000,00 | 2.244,45 | 8,98 |
| IPTU | 25.000,00 | 25.000,00 | 2.244,45 | 8,98 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI | 10.000,00 | 10.000,00 | 18.900,00 | 189,00 |
| ITBI | 10.000,00 | 10.000,00 | 18.900,00 | 189,00 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS | 200.000,00 | 200.000,00 | 155.428,03 | 77,71 |
| ISS | 200.000,00 | 200.000,00 | 155.428,03 | 77,71 |
| Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF | 200.000,00 | 200.000,00 | 299.327,05 | 149,66 |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II) | 12.779.397,75 | 12.779.397,75 | 16.089.867,75 | 125,90 |
| Cota-Parte FPM | 10.000.000,00 | 10.000.000,00 | 13.950.784,74 | 139,51 |
| Cota-Parte ITR | 5.000,00 | 5.000,00 | 484,99 | 9,70 |
| Cota-Parte do IPVA | 100.000,00 | 100.000,00 | 90.375,95 | 90,38 |
| Cota-Parte do ICMS | 2.664.397,75 | 2.664.397,75 | 2.045.643,52 | 76,78 |
| Cota-Parte do IPI - Exportação | 5.000,00 | 5.000,00 | 2.578,55 | 51,57 |
| Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Desoneração ICMS (LC 87/96) | 5.000,00 | 5.000,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II) | 13.214.397,75 | 13.214.397,75 | 16.565.767,28 | 125,36 |

Neste quadro observa-se, todas as receitas que foram previstas e arrecadadas em 2022 para extrair o valor mínimo de 15% das ações de serviços públicos em saúde, regulamentada pela LC 141/2012.

Quadro 2

| DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|---|
| | | | Até o bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o bimestre (f) | % (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (IV) | 3.466.000,00 | 4.510.069,81 | 3.819.527,75 | 84,69 | 3.668.136,56 | 81,33 | 3.626.580,67 | 80,41 | 151.391,19 |
| Despesas Correntes | 3.261.000,00 | 4.137.126,81 | 3.521.584,87 | 85,12 | 3.370.193,68 | 81,46 | 3.328.637,79 | 80,46 | 151.391,19 |
| Despesas de Capital | 205.000,00 | 372.943,00 | 297.942,88 | 79,89 | 297.942,88 | 79,89 | 297.942,88 | 79,89 | 0,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V) | 454.000,00 | 169.284,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 254.000,00 | 69.284,10 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 200.000,00 | 100.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII) | 17.000,00 | 17.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 15.500,00 | 15.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 1.500,00 | 1.500,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (X) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X) | 3.937.000,00 | 4.696.353,91 | 3.819.527,75 | 81,33 | 3.668.136,56 | 78,11 | 3.626.580,67 | 77,22 | 151.391,19 |

O quadro 2 pormenoriza as despesas que foram realizadas com a fonte de recursos próprios, retratadas por blocos e categoria econômica.

Quadro 3

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS | DESPESAS EMPENHADAS (d) | DESPESAS LIQUIDADAS (e) | DESPESAS PAGAS (f) |
|---|-------------------------|-------------------------|--------------------|
| Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI) | 3.819.527,75 | 3.668.136,56 | 3.626.580,67 |
| (-) Restos a Pagar Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII) | 0,00 | N/A | N/A |
| (-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| (=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV) | 3.819.527,75 | 3.668.136,56 | 3.626.580,67 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012) | | | 2.484.865,09 |
| Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal) | | | N/A |
| Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII) | 1.334.662,66 | 1.183.271,47 | 1.141.715,58 |
| Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero) | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal) | 23,05 | 22,14 | 21,89 |

Pela lei complementar federal 141/2012, o ente municipal deve aplicar no mínimo 15% do valor arrecadado do quadro 1. No quadro 2, nota se que o ente aplicou R\$ 3.626.580,67; valor superior ao mínimo a se aplicar de R\$ 1.141.715,58 acima do limite.

Quadro 4

| DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA (c) | DESPESAS EMPENHADAS | | DESPESAS LIQUIDADAS | | DESPESAS PAGAS | | Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g) |
|--|-----------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------------|---------------|--------------------|---------------|---|
| | | | Até o bimestre (d) | % (d/c) x 100 | Até o bimestre (e) | % (e/c) x 100 | Até o bimestre (f) | % (f/c) x 100 | |
| ATENÇÃO BÁSICA (XXXIII) | 2.438.000,00 | 3.614.137,02 | 2.935.441,71 | 81,22 | 2.805.955,65 | 77,64 | 2.763.081,07 | 76,45 | 129.486,06 |
| Despesas Correntes | 1.154.000,00 | 2.789.397,02 | 2.456.338,56 | 88,06 | 2.339.352,50 | 83,87 | 2.296.477,92 | 82,33 | 116.986,06 |
| Despesas de Capital | 1.284.000,00 | 824.740,00 | 479.103,15 | 58,09 | 466.603,15 | 56,58 | 466.603,15 | 56,58 | 12.500,00 |
| ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIV) | 862.000,00 | 320.852,00 | 108.657,71 | 33,87 | 108.657,71 | 33,87 | 108.657,71 | 33,87 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 307.000,00 | 165.852,00 | 108.657,71 | 65,51 | 108.657,71 | 65,51 | 108.657,71 | 65,51 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 555.000,00 | 155.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXV) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVI) | 215.000,00 | 38.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 209.000,00 | 32.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 6.000,00 | 6.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVIII) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXIX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas Correntes | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Capital | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XL) = (XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII + XXXIX) | 3.515.000,00 | 3.972.989,02 | 3.044.099,42 | 76,62 | 2.914.613,36 | 73,36 | 2.871.738,78 | 72,28 | 129.486,06 |

Neste quadro, apresenta a aplicabilidade com despesas em saúde, dos valores recebidos das transferências advindas do SUS por meio dos blocos de custeio e investimento, assim como, possíveis recursos de convênios e congêneres, termos de parceria, termos de contrato e afins.

Quadro 5

| RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA (a) | RECEITAS REALIZADAS | |
|---|------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| | | | Até o Bimestre (b) | % (b/a) x 100 |
| RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX) | 0,00 | 0,00 | 4.422.626,82 | 0,00 |
| Provenientes da União | 0,00 | 0,00 | 4.422.626,82 | 0,00 |
| Provenientes dos Estados | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Provenientes de Outros Municípios | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXX) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| OUTRAS RECEITAS (XXXI) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXII) = (XXX + XXX + XXXI) | 0,00 | 0,00 | 4.422.626,82 | 0,00 |

Neste quadro, demonstra se por esfera, as transferências incorridas e ingressadas para custear despesas vinculadas à saúde, tais como as desempenhadas pela atenção primária, atenção especializada, vigilância sanitária, investimentos.

DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM OBRAS

No decorrer do ano de 2022, realizamos diversas obras públicas em parceria com o Governo federal, Emendas parlamentares e recursos próprios, cujas obras estão elencadas em anexo próprio desta prestação de contas de gestão, assim como à manutenção rotineira dos serviços essenciais da unidade, mantendo a limpeza urbana, bom funcionamento da iluminação pública, e demais serviços essenciais para o município.

RELAÇÃO DAS OBRAS EXECUTADAS NO EXERCÍCIO DE 2022 – CONCLUÍDAS –PARALIZADAS E EM ANDAMENTO

| Item | Descrição da obra ou serviço de engenharia | Regime de Execução | Número do Contrato | Contratado | CNPJ | Número do Convênio | Conveniente | | Valor Previsto | Valor Realizado | Situação da Obra |
|------|--|--|--------------------|--|--------------------|--------------------------------------|--|--------------------|------------------|-----------------|---|
| | | | | | | | Nome | CNPJ | | | |
| 1 | Pavimentação em Paralelepípedo em diversas ruas | Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 00001/2021 | 10060/2021 | J D CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI | 17.495.347/0001-55 | 885659/2019 / MDR | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 337.802,34 | R\$ 337.802,34 | Finalizada |
| 2 | Construção de Canteiros Centrais | Indireta: Tomada de preços nº 0002/2021 | 12100/2021 | LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO EIRELI | 29.262.608/0001-76 | Recurso Próprio | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 100.523,31 | R\$ 100.523,31 | Finalizada |
| 3 | 3ª Etapa dos Serviços de Ampliação e Modernização do Estádio Pai Cajé | Indireta Empreitada por Preço Global: Tomada de preços nº 00003/2021 | 01030/2021 | M H F DE FREITAS EIRELI | 14.148.901/0001-30 | 890364/2021 - CIDADANIA | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 282.827,73 | - | Aguardando Início das Obras |
| 5 | Construção de Passagem Molhada | Direta: Dispensa nº DV00130/2021 | 12080/2021 | LEONARDO VALENTIM DE FIGUEIREDO EIRELI | 29.262.608/0001-76 | Recurso Próprio | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 32.151,89 | R\$ 32.151,89 | Finalizada |
| 6 | Ampliação do Ginásio de Esportes | Direta: Dispensa nº DV00041/2022 | 03110/2022 | EMIDIO MACEDO LEMOS NETO EIRELI | 34.050.041/0001-04 | Recurso Próprio | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 31.947,97 | R\$ 31.947,97 | Finalizada |
| 7 | 1ª Etapa da Urbanização do Acesso da Entrada do Município | Indireta Empreitada por Preço Global: TP nº 002/2017 | 180102-002 | A.R. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA | 15.258.710/0001-93 | 841403/2016 - TURISMO | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 341.250,00 | R\$ 273.750,00 | Andamento |
| 8 | Implantação de Sistema de Abastecimento D'Água na Zona Rural | Indireta | - | - | - | 837693/2016 - FUNASA | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 300.000,00 | - | Diligência de Projeto desde Março de 2020 Sem execução de Serviços |
| 9 | Reforma e ampliação de quadras poliesportiva no Município | Indireta Empreitada por Preço Global: T.P. nº 001/2018 | 181024-001 | ATR VIANA CONSTRUTORA LTDA | 30.610.589/0001-00 | 852723/2017 MINISTÉRIO DO ESPORTE | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 341.250,00 | R\$ 340.086,21 | Finalizada |
| 10 | Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Áreas Rurais | Indireta | - | - | - | CONVÊNIO SICONV 854500/2017 - FUNASA | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 1.000.000,00 | - | Sem Projeto Sem execução de Serviços |
| 11 | Estradas Vicinais no Município | Indireta Empreitada por Preço Global: T.P. nº 004/2020 | 20200605-004 | ENGETECH CONSTRUÇÕES LTDA - EPP | 22.594.815/0001-89 | CONVÊNIO SICONV 843483/2017 - DNOCS | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 259.335,33 | R\$ 116.112,14 | Andamento |
| 12 | Reforma e Revitalização da Praça do Povo | Indireta Empreitada por Preço Global: Dispensa de Licitação nº 200604 | 200604001 | A.R. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA | 15.258.710/0001-93 | 875980/2018 - TURISMO | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 271.076,19 | R\$ 234.359,35 | Andamento |
| 12 | Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares na Zona Rural | Indireta | - | - | - | 896477/2019 - FUNASA | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 300.000,00 | - | Projeto Básico na FUNASA aguardando análise |
| 13 | Aquisição de trator agrícola para desenvolvimento de atividades no Município | | | | | 906049/2020 MDR | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 120.000,00 | - | Paralizado pela inviabilidade financeira |
| 14 | Pavimentação de estradas rurais | Indireta Empreitada por Preço Global | - | - | - | 921608 - M. AGRICULTURA | Prefeitura Municipal de Riacho de Santana/RN | 08.357.634/0001-08 | R\$ 958.000,00 | - | Aguardando conclusão da licitação. Para Liberação de recursos pelo Ministério |

DAS ATIVIDADES RURAIS

Em 2022 o Poder Executivo realizou despesas com corte de terras para todos os agricultores do município, foram executados serviços de terraplenagem das estradas vicinais para escoamento melhor da produção rural e da locomoção dos seus moradores.

DOS INVESTIMENTOS EM BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Foi realizada atualização da frota veicular com aquisição desde veículos para manutenção das atividades públicas na área administrativa, saúde, educação e demais setores, até a reestruturação física e com manutenção dos bens imóveis do ente e aquisição de equipamentos e materiais necessários para a manutenção e bem estar do serviço público, tais como climatização, aquisição de matérias de informática diversos, de mobiliário em geral.

DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DESPESA COM PESSOAL

Em relação aos servidores, estamos impossibilitados de conceder qualquer outra vantagem, além de assegurar, o pagamento do salário mínimo, em face do alto dispêndio de pessoal, o que já mereceu censura por parte do Egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Analisando o relatório de gestão fiscal em sua apuração no último quadrimestre, notamos que o ente reconduziu aos limites que a lei de responsabilidade fiscal exige, em que notamos:

| | | R\$ 1,00 |
|--|---------------------|---|
| DESPESA COM PESSOAL | DESPESAS EXECUTADAS | |
| | (Últimos 12 Meses) | |
| | LIQUIDADAS (a) | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 9.948.125,13 | 2.550,00 |
| Pessoal Ativo | 9.948.125,13 | 2.550,00 |
| Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis | 8.179.163,61 | 2.550,00 |
| Obrigações Patronais | 1.768.961,52 | 0,00 |
| Pessoal Inativo e Pensionistas | 0,00 | 0,00 |
| Aposentadorias, Reserva e Reformas | 0,00 | 0,00 |
| Pensões | 0,00 | 0,00 |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art.18 da LRF) | 0,00 | 0,00 |
| Despesa com Pessoal Não Executada Orçamentariamente | 0,00 | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II) | 1,60 | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao de apuração | 0,00 | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao de apuração | 1,60 | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 | 0,00 |
| DESPESA LIQUIDADADA COM PESSOAL (III) = (I-II) | 9.948.123,53 | 2.550,00 |

| APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL | VALOR | % SOBRE A RCL AJUSTADA |
|--|----------------------|------------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 22.799.304,63 | --- |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V) | 0,00 | --- |
| (-) Transferências Obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI) | 0,00 | --- |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA O CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI) | 22.799.304,63 | --- |
| DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b) | 9.950.673,53 | 43,64 |
| LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) | 12.311.624,50 | 54,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) | 11.696.043,28 | 51,30 |
| LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) | 11.080.462,05 | 48,60 |

Importante ressaltar que o controle social não é só de responsabilidade dos cidadãos, mas também das associações de bairros, das entidades filantrópicas, dos sindicatos, dos clubes sociais e esportivos, dentre outros entes associados e organizados. Por isso, uma forma de se participar é manter vínculo com as diversas organizações, conselhos e associações. Ora, entre as inovações e controles que a LRF contempla, está o controle da despesa com pessoal, onde consta:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal”.

§2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

A propósito do que nos interessa, no Art. 19 da [Lei nº.101/2000](#), lemos:

Art. 19. Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

| | | | | |
|-------------------|-----------------|---------------------------|-------------------|--------------------------------------|
| <u>I</u> | <u>–</u> | <u>União:</u> | <u>50%</u> | <u>(cinquenta por cento);</u> |
| <u>II</u> | <u>–</u> | <u>Estados:</u> | <u>60%</u> | <u>(sessenta por cento);</u> |
| <u>III</u> | <u>–</u> | <u>Municípios:</u> | <u>60%</u> | <u>(sessenta por cento).</u> |

No que diz respeito ao limite de gasto com pessoal nos municípios, o percentual é de 60%, quando 54% é o relativo de gastos com pessoal do executivo municipal, e 6% é de gastos com pessoal do legislativo.

No tocante ao art. 19 da Lei 101/2000, os percentuais do gasto com pessoal são os balizadores máximos em relação à receita corrente líquida.

Sendo assim, a receita corrente líquida é formada pelas receitas correntes tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes de todos os órgãos da administração pública.

Logo, após apurada a receita corrente líquida (RCL), deve-se comparar com os gastos de pessoal, para ser levantado a relação em percentual do comprometimento da receita corrente líquida em comparação ao gasto com pessoal.

Portanto, para o município de Riacho de Santana, assim como os demais municípios do Brasil, todos estão sob as premissas desta lei. Os municípios devem, além das exigências da lei, que requer transparência, criarem canais de forma simplificada da sua gestão administrativa pública, para que a sociedade entenda e compreenda a importância de participação no processo de fiscalização, pois dessa forma a sociedade pode ativamente participar no processo de controle social.

Abaixo encontra-se uma demonstração histórica e da evolução da Despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida desde o ano de 2002 até 2018, do município de Riacho de Santana.



DO DUODÉCIMO AO LEGISLATIVO

Os valores repassados ao legislativo, foram efetivados no limite determinado pela Constituição Federal, ou seja, 7% (sete por cento), tendo sido repassado no ano de 2022 o conforme quadro abaixo:

| Competência | Valor Devido | Valor Repassado | Data do Último Repasse |
|--------------|---------------------|---------------------|------------------------|
| Janeiro | 84.666,37 | 84.574,10 | 20/01/2022 |
| Fevereiro | 84.666,37 | 84.574,10 | 18/02/2022 |
| Março | 84.666,37 | 84.574,10 | 18/03/2022 |
| Abril | 84.666,37 | 84.574,10 | 20/04/2022 |
| Maio | 84.666,37 | 84.574,10 | 20/05/2022 |
| Junho | 84.666,37 | 85.127,72 | 20/06/2022 |
| Julho | 84.666,37 | 84.666,37 | 20/07/2022 |
| Agosto | 84.666,37 | 84.666,37 | 19/08/2022 |
| Setembro | 84.666,37 | 84.666,37 | 20/09/2022 |
| Outubro | 84.666,37 | 84.666,37 | 20/10/2022 |
| Novembro | 84.666,37 | 84.666,37 | 18/11/2022 |
| Dezembro | 84.666,37 | 84.666,38 | 30/12/2022 |
| Total | 1.015.996,44 | 1.015.996,45 | |

DO DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

A arrecadação própria do município é comprometida, em razão, da ausência da instalação de indústrias e empresas, do já percorrido sistema cultural e estrutura técnica que está a se implantar ao que damos referência, de um número pequeno de empresas comerciais o que compromete a arrecadação de determinados tributos e taxas, no entanto, as poucas que existem pagam seus alvarás e taxas, conforme preceitua o nosso código tributário.

DO DISPONÍVEL FINANCEIRO E DÍVIDAS

Quadro 1

| Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial | | | | | |
|--|----------------------|----------------------|--|---------------------|---------------------|
| Valores em R\$ - Período: 01/01/2022 até 31/12/2022 | | | | | |
| Despesa realizada: Empenhada | | | | | |
| Ativo | | | Passivo | | |
| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Ativo Circulante | 2.201.287,15 | 2.937.503,74 | Passivo Circulante | 305.874,17 | 326.638,80 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.174.538,98 | 2.937.305,68 | Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Créditos a curto prazo | 21.695,41 | 0,00 | Empréstimos e financiamentos a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Créditos tributários a receber | 21.695,41 | 0,00 | Fornecedores e contas a pagar a curto prazo | 237.645,22 | 273.737,39 |
| Clientes | 0,00 | 0,00 | Obrigações fiscais a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Créditos de transferências a receber | 0,00 | 0,00 | Transferências fiscais a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos e financiamentos concedidos | 0,00 | 0,00 | Provisões a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Dívida ativa tributária | 0,00 | 0,00 | Demais obrigações a curto prazo | 68.228,95 | 52.901,41 |
| Dívida ativa não tributária | 0,00 | 0,00 | Passivo não Circulante | 1.334.253,76 | 1.333.809,08 |
| (-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo | 0,00 | 0,00 | Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo | 1.260.672,91 | 1.333.809,08 |
| Demais créditos e valores a curto prazo | 5.052,76 | 198,06 | Empréstimos e financiamentos a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo | 0,00 | 0,00 | Fornecedores e contas a pagar a longo prazo | 73.580,85 | 0,00 |
| Estoques | 0,00 | 0,00 | Obrigações fiscais a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Ativo não circulante mantido para venda | 0,00 | 0,00 | Transferências Fiscais a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 |
| Ativo biológico | 0,00 | 0,00 | Provisões a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente | 0,00 | 0,00 | Demais obrigações a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Ativo não Circulante | 12.944.243,65 | 10.611.966,65 | Resultado diferido | 0,00 | 0,00 |
| Ativo realizável a longo prazo | 0,00 | 0,00 | TOTAL DO PASSIVO | 1.640.127,93 | 1.660.447,88 |
| Créditos a longo prazo | 0,00 | 0,00 | | | |
| Créditos tributários a receber | 0,00 | 0,00 | | | |

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de alta liquidez. São prontamente conversíveis em montantes de **caixa** e sujeitos a um risco mínimo de mudança de valor, seja para mais ou para menos. Mostra que o município tem disponível nas suas contas bancárias e aplicações financeiras de rápido resgate.

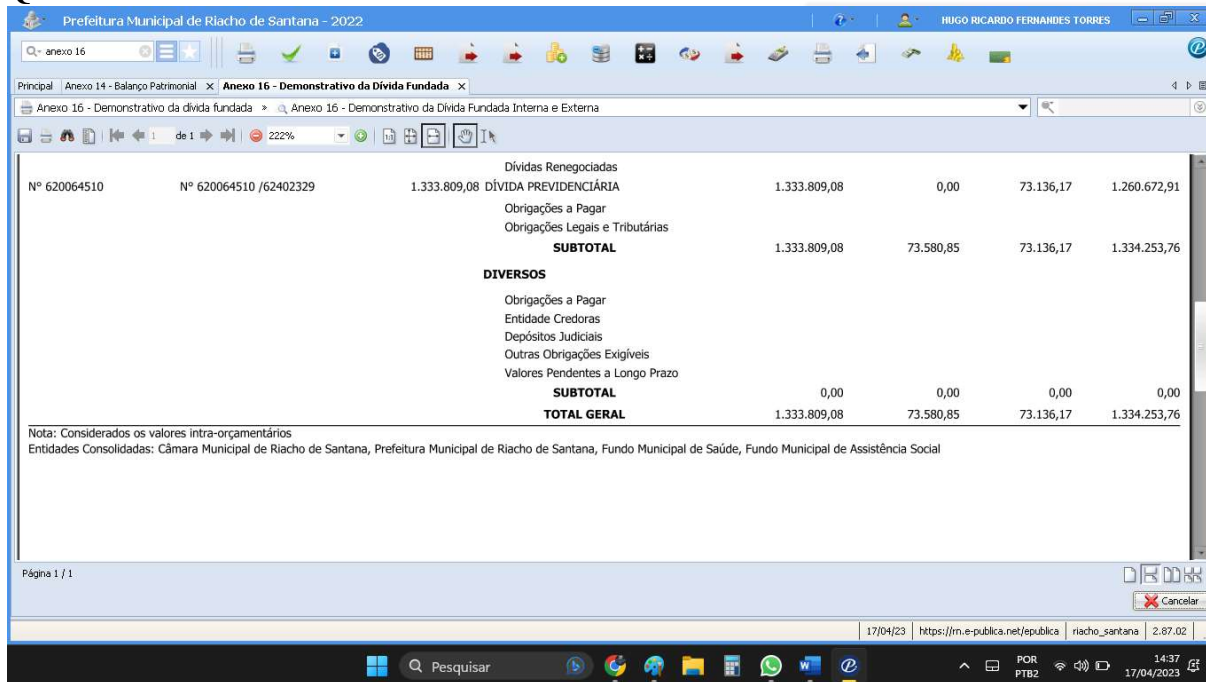
Reparamos a inscrição de débitos na dívida ativa do ente considerados de rápido liquidez, tencionando no exercício seguinte a possível promessa de quitação de um percentual acentuado desses valores de impostos, taxas e contribuições municipais devidos.

Quadro 2

| Anexo 14 da Lei Nº 4.320/64 - Balanço Patrimonial | | | | | |
|--|----------------------|----------------------|--|---------------------|---------------------|
| Valores em R\$ - Período: 01/01/2022 até 31/12/2022 | | | | | |
| Despesa realizada: Empenhada | | | | | |
| Ativo | | | Passivo | | |
| Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior | Especificação | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| Ativo Circulante | 2.201.287,15 | 2.937.503,74 | Passivo Circulante | 305.874,17 | 326.638,80 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2.174.538,98 | 2.937.305,68 | Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Créditos a curto prazo | 21.695,41 | 0,00 | Empréstimos e financiamentos a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Créditos tributários a receber | 21.695,41 | 0,00 | Fornecedores e contas a pagar a curto prazo | 237.645,22 | 273.737,39 |
| Clientes | 0,00 | 0,00 | Obrigações fiscais a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Créditos de transferências a receber | 0,00 | 0,00 | Transferências fiscais a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Empréstimos e financiamentos concedidos | 0,00 | 0,00 | Provisões a curto prazo | 0,00 | 0,00 |
| Dívida ativa tributária | 0,00 | 0,00 | Demais obrigações a curto prazo | 68.228,95 | 52.901,41 |
| Dívida ativa não tributária | 0,00 | 0,00 | Passivo não Circulante | 1.334.253,76 | 1.333.809,08 |
| (-) Ajuste de perdas de créditos a curto prazo | 0,00 | 0,00 | Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo | 1.260.672,91 | 1.333.809,08 |
| Demais créditos e valores a curto prazo | 5.052,76 | 198,06 | Empréstimos e financiamentos a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo | 0,00 | 0,00 | Fornecedores e contas a pagar a longo prazo | 73.580,85 | 0,00 |
| Estoques | 0,00 | 0,00 | Obrigações fiscais a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Ativo não circulante mantido para venda | 0,00 | 0,00 | Transferências Fiscais a Longo Prazo | 0,00 | 0,00 |
| Ativo biológico | 0,00 | 0,00 | Provisões a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente | 0,00 | 0,00 | Demais obrigações a longo prazo | 0,00 | 0,00 |
| Ativo não Circulante | 12.944.243,65 | 10.611.966,65 | Resultado diferido | 0,00 | 0,00 |
| Ativo realizável a longo prazo | 0,00 | 0,00 | TOTAL DO PASSIVO | 1.640.127,93 | 1.660.447,88 |

Os Fornecedores e contas a pagar a curto prazo e demais obrigações a curto prazo refere-se aos restos a pagar processados, ou seja, as despesas que foram devidamente empenhadas e atestadas com reconhecimento de dívida para com o fornecedor até 31 de dezembro de 2022. Também neste quadro compõe os valores restituíveis e consignados como encargos previdenciários recolhidos dos servidores e prestadores de serviço, o ISSQN, IRRF, CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS, EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS, etc.

Quadro 4



| Dívidas Renegociadas | | | | | |
|----------------------|-------------------------|--------------|---------------------------------|--------------|--------------|
| Nº 620064510 | Nº 620064510 / 62402329 | 1.333.809,08 | DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA | 1.333.809,08 | 0,00 |
| | | | Obrigações a Pagar | | 73.136,17 |
| | | | Obrigações Legais e Tributárias | | 1.260.672,91 |
| | | | SUBTOTAL | 1.333.809,08 | 73.136,17 |
| | | | DIVERSOS | | |
| | | | Obrigações a Pagar | | |
| | | | Entidade Credoras | | |
| | | | Depósitos Judiciais | | |
| | | | Outras Obrigações Exigíveis | | |
| | | | Valores Pendentes a Longo Prazo | | |
| | | | SUBTOTAL | 0,00 | 0,00 |
| | | | TOTAL GERAL | 1.333.809,08 | 73.136,17 |
| | | | | | 1.334.253,76 |

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários
Entidades Consolidadas: Câmara Municipal de Riacho de Santana, Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social

No, compõe o valor do débito previdenciário parcelado acumulado de exercícios anteriores que tem valor de parcelamento superior à doze meses.

DA CONCLUSÃO

A meta de arrecadação do Executivo foi alcançada devido a compatibilidade do orçamento que recebemos e a estruturação a ser implantada.

Os esforços realizados pelo Poder Executivo foram suficientes para atingir a meta prevista para as despesas, sendo que na execução do orçamento 2022 e reconduziu o ente a cumprir todos os limites que as normas estabelecidas o impõe.

O resultado primário surge do confronto de receitas e despesas primárias no exercício, excluída a parcela referente aos juros nominais incidentes sobre a dívida líquida. Sua apuração fornece uma avaliação do impacto da política fiscal nas contas públicas. A meta do resultado primário foi deficitária, visto a sobrecarga de passivos dos restos a pagar de exercício anterior com cobertura financeira para honra-los.

Em alguns pontos da apuração notamos fontes de recursos deficitárias, ou seja, compromissos cuja as fontes de recursos foram insuficientes para cobrir a despesa tempestivamente.

O relatório evidenciou os esforços realizados pela administração na busca do equilíbrio financeiro, os quais alcançaram os objetivos propostos de equilíbrio das receitas e despesas, porém precisam ser mantidos devido ao comprometimento anual cada vez maior das receitas com as despesas instaladas.

Quanto aos limites legais, os gastos com pessoal, educação, saúde e endividamento público fecharam o ano dentro dos limites constitucionais e legais.

No que se refere a avaliação dos programas e ações governamentais foi possível verificar que as ações projetadas foram em sua maior parte readequadas e muitas criadas por projetos de lei encaminhados ao legislativo para sua criação e execução.

Com relação a aplicação dos recursos do MDE e FUNDEB identificou-se o cumprimento dos percentuais mínimos constitucionais nos indicadores evidenciados, bem como é possível verificar que o Município está realizando ações para atender ao Plano Nacional de Educação, mesmo com as medidas restritivas das agências nacionais e internacionais de saúde, zelando para adequar a educação e a excelência e a valorização dos profissionais, bem acompanhado pelos conselhos municipais.

Nas ações e serviços públicos em saúde o Município já vem aplicando um valor bem acima do percentual mínimo há alguns anos implementando várias melhorias e ampliações nos serviços ofertados e sempre monitorado pelo conselho municipal de saúde.

Em conclusão, pode-se dizer que o exercício de 2022 apresentou um resultado financeiro positivo, motivado pelo esforço diário da equipe econômica para controlar despesas e pela realização de novas receitas que aconteceram em virtude da situação de pandemia que o país atravessa.

Riacho de Santana/RN, 17 de abril de 2023.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL